

## EDITORIAL

Prezado leitor,

A Escola Superior da Advocacia-Geral da União Ministro Victor Nunes Leal divulga novo número da Revista da AGU, composto por dez artigos que enfocam temas relacionados à Advocacia Pública e ao Direito Público. Todos os trabalhos foram recebidos pelo sistema de submissão contínua e aprovados pelo processo de “avaliação cega por pares”, em conformidade com as diretrizes editoriais do periódico.

No primeiro deles, Alessandro Fernandes e Sérgio Nojiri abordam a relação entre as atividades de apostas, com ênfase nas plataformas do tipo BET (Betting Exchanges), e os mecanismos de lavagem de dinheiro. Com respaldo em ampla revisão bibliográfica, análise de dados disponíveis e estudos de caso relevantes, os autores ressaltam a necessidade de aperfeiçoamento dos mecanismos regulatórios e fiscalizatórios como medida essencial à prevenção e ao combate à lavagem de dinheiro no setor de apostas.

Em investigação que dialoga com a teoria política, com a teoria da organização e com a teoria da autoridade, Daniel Lucas e Carlos Bolonha apresentam o conceito de liderança normativa institucional como chave analítica que permite ao direito público entender como se produz autoridade legítima em ambientes democráticos complexos.

Flavio Santos e Marcio Ponzilacqua examinam a dimensão fiscal do Imposto Seletivo, previsto no artigo 153, inciso VIII, da Constituição Federal. Embora aparentemente atue como um imposto indutor, referido tributo contempla, segundo os autores, características fortemente arrecadatórias em seu desenho normativo-constitucional, o que revela a ausência de transparência em sua regra de incidência.

A partir de revisão bibliográfica e análise quantitativa de dados, Leandro Lima e Isaura Lima avaliam a eficácia das políticas de cotas raciais na promoção da inclusão e permanência de estudantes pretos, pardos e indígenas em instituições federais de ensino superior no estado do Paraná. Os resultados da pesquisa indicam aumento no ingresso desses estudantes, especialmente egressos do ensino médio público, ao passo que sua permanência ainda apresenta desafios significativos, evidenciando a necessidade de aprimorar as políticas de assistência estudantil.

Tendo em vista a recente criação da Comissão Nacional de Geoinformação no âmbito do Ministério do Planejamento e Orçamento, com a finalidade de promover a governança da geoinformação, Luiz Sanches e Karine Sanches salientam a indispensabilidade da regulamentação do artigo 21, inciso XV, da Constituição Federal, que versa sobre a organização da cartografia e da geografia oficial do país.

Marcus Gouvea questiona a tendência, verificada na prática, à preservação da empresa, independentemente da demonstração de sua viabilidade. Em seu entendimento, a preservação da empresa viável não é um princípio, mas apenas uma regra de direito, igual em importância àquela que recomenda a liquidação de empresa inviável.

Em reflexão a respeito do papel desempenhado pelo Supremo Tribunal Federal acerca da balança previdenciária, Pablo Pedrosa e Raul de Araújo Neto constataam que a ausência de reformas políticas resolutivas sobre o sistema previdenciário desloca o debate sobre o tema para referido órgão jurisdicional, que assume a função de censor moral sobre os valores que devem prevalecer em questões relevantes para o equilíbrio desse sistema.

Após analisar os critérios e fatores que fundamentam a redução de tempo e idade na aposentadoria das mulheres, Rainer Bomfim sustenta que o aumento de 60 para 62 anos nas aposentadorias por idade, determinado pela Emenda Constitucional n. 103/2019, não encontra respaldo na realidade social ou em suposta diminuição da diferença social de gênero existente entre as mulheres e os homens na sociedade brasileira.

Em ensaio sobre a Reforma Tributária promovida pela Emenda Constitucional n. 132/2023, Rodrigo Severo e Edemar Rotta buscam compreender como as políticas públicas tributárias podem ser uma alternativa complementar às políticas públicas, de modo a contribuir para o desenvolvimento socioeconômico sustentável.

Por fim, Sonilde Lazzarin e Helena Lazzarin avaliam em que medida a racionalidade hegemônica neoliberal, presente na sociedade contemporânea, influencia o sistema de seguridade social, especialmente o brasileiro. Em sua conclusão, o artigo oferece alternativas capazes de amenizar os efeitos dessa racionalidade ou, até mesmo, de superá-la.

A Escola Superior da Advocacia-Geral da União agradece a todos os envolvidos no processo editorial do periódico e convida o leitor a apreciar

os artigos científicos ora descritos por meio de consulta à Revista da AGU eletrônica, disponível em: <https://revistaagu.agu.gov.br/>.

Boa leitura!

Henrique Augusto Figueiredo Fulgêncio  
Coordenador-Geral de Pós-Graduação da Escola Superior da AGU